

# A saúde pública brasileira

## MP 621/13

Florentino Cardoso – Presidente da AMB  
[presidente@amb.org.br](mailto:presidente@amb.org.br)

# Saúde pública - breve histórico

- Pior avaliação nos últimos anos
- Piora crescente
- Manifestações de rua
  - Saúde padrão FIFA
  - Hospitais padrão FIFA
  - Mais médicos, ...

# Saúde pública - breve histórico

- Pronunciamento da presidente "na crise"
  - Importação de médicos
- MP 621/13
  - Curso Médico de 6 para 8 anos
  - Ampliação de vagas na RM
  - Mais escolas médicas
  - Mais vagas em escolas existentes
  - Importação de médicos, ...

# **Não somos contra médicos formados no exterior trabalharem no Brasil**

Respeito às leis brasileiras

Tratamento igualitário

Transparência, ...

# SAÚDE PÚBLICA

## Principais problemas

- Subfinanciamento
- Má Gestão
- Corrupção

# Subfinanciamento

- Progressiva desoneração do governo federal
- Sacrifício de prefeituras e estados
- Investimos menos que Chile, Uruguai, Argentina, média dos países africanos (%PIB)
- Gasto público x privado

10% da RCB da União no SUS  
PL de iniciativa popular

# Recursos não utilizados

## AMB PEDE EXPLICAÇÕES SOBRE R\$17 BILHÕES DA SAÚDE



Na manhã desta terça-feira (18/6), na sede da Associação Médica Brasileira (AMB), em São Paulo, Florentino Cardoso, presidente da AMB; José Bonamigo, 1º tesoureiro; e Carlos Michaelis Júnior, advogado da entidade, apresentaram detalhes sobre a ação de responsabilidade por improbidade administrativa movida pela AMB contra o ministro da Saúde, Alexandre Padilha.

“Entramos com uma representação no Ministério Público Federal cobrando a aplicação do dinheiro que foi destinado à pasta da Saúde. Também acionamos o ministro em uma ação civil pública no Supremo Tribunal Federal. Após a intimação ser confirmada, o ministro terá 15 dias para prestar informações”, disse Michaelis Júnior.

A entidade quer entender os motivos de o Ministério da Saúde ter deixado de investir R\$ 17 bilhões. “Em 2012, sobraram R\$ 9,01 bilhões de créditos não utilizados. Historicamente, 2% a 3% não são investidos em projetos devido à morosidade e burocracia da máquina pública, mas 9,64% do orçamento aprovado é inaceitável. Do total empenhado, R\$ 8,3 bilhões foram inscritos em restos a pagar não processados, porém o Tribunal de Contas da União não sabe onde estão essas contas ou se elas existem”, afirmou Cardoso.

Em 2012, sobraram R\$ 9,01 bilhões de créditos não utilizados. Historicamente, 2% a 3% não são investidos em projetos devido à morosidade e burocracia da máquina pública, mas 9,64% do orçamento aprovado é inaceitável. Do total empenhado, R\$ 8,3 bilhões foram inscritos em restos a pagar não processados, porém o Tribunal de Contas da União não sabe onde estão essas contas ou se elas existem.

# Recursos não utilizados

**Quadro 1. Execução orçamentária do Ministério da Saúde (R\$ bilhões)**

ANO	2010	2011	2012
Dotação atualizada	69,90	80,90	95,93
Crédito disponível	68,14	78,54	93,45
Empenhado	65,69	76,22	84,44
Liquidado	52,35	61,00	68,33
Crédito não utilizado	2,45	2,32	9,01
<i>R\$ Bilhões</i>			
Crédito não utilizado	3,60%	2,95%	9,64%

Fonte: Siafi



# Recursos não utilizados

## **AMB entra com nova ação na Justiça Federal e pede explicações sobre R\$ 17 bilhões da saúde**

A Associação Médica Brasileira (AMB) distribuiu nova ação na Justiça Federal, nesta sexta-feira (02), tendo em vista um possível conflito de competência e jurisdição originado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no processo promovido pela associação, cobrando explicações do Ministério da Saúde, na pessoa do ministro Alexandre Padilha, sobre os motivos de ter deixado de investir R\$ 17 bilhões na saúde.

Em 2012, sobraram R\$ 9,01 bilhões de créditos não utilizados. Historicamente, 2% a 3% não são investidos em projetos devido à morosidade e burocracia da máquina pública, mas 9,64% do orçamento aprovado é inaceitável. Do total empenhado, R\$ 8,3 bilhões foram inscritos em restos a pagar não processados, porém o Tribunal de Contas da União não sabe onde estão essas contas ou se elas existem.

“Evitaremos, à guisa da previsão legal, qualquer obstáculo institucional a compelir o ministro a revelar a destinação dos valores inutilizados”, afirma Carlos Michaelis Júnior, advogado da entidade.

# GESTÃO NA SAÚDE PÚBLICA

# Caos na Saúde

Hospital Belém (PA) -  
2013

IDH - 0.746

População - 1.393.399



# Caos na saúde



**Hospital Geral de  
Fortaleza (CE) – 2013**

**IDH - 0.754**

**População 2.452.185**



# Caos na saúde

Hospital Geral de  
Fortaleza (CE) – 2013

IDH - 0.754

População 2.452.185



# Caos na Saúde



**Pronto Socorro Cuiabá  
(MT) – 2013**

**IDH - 0.785**

**População - 551.098**

# Caos na Saúde

**CTO Obstétrico Porto Velho  
(RO) – 2013**

**IDH – 0.736**

**População - 428.527**



# Caos na Saúde



**Pronto Socorro Porto  
Velho (RO) – 2013**

**IDH – 0.736**

**População - 428.527**



# Caos na Saúde

**Unidade de Saúde em  
Chapecó (SC) – 2013**

**IDH - 0.790**

**População – 183.530**



# Caos na Saúde



**Pronto Socorro em  
Juazeiro do Norte (CE)  
– 2013**

**IDH - 0.694**

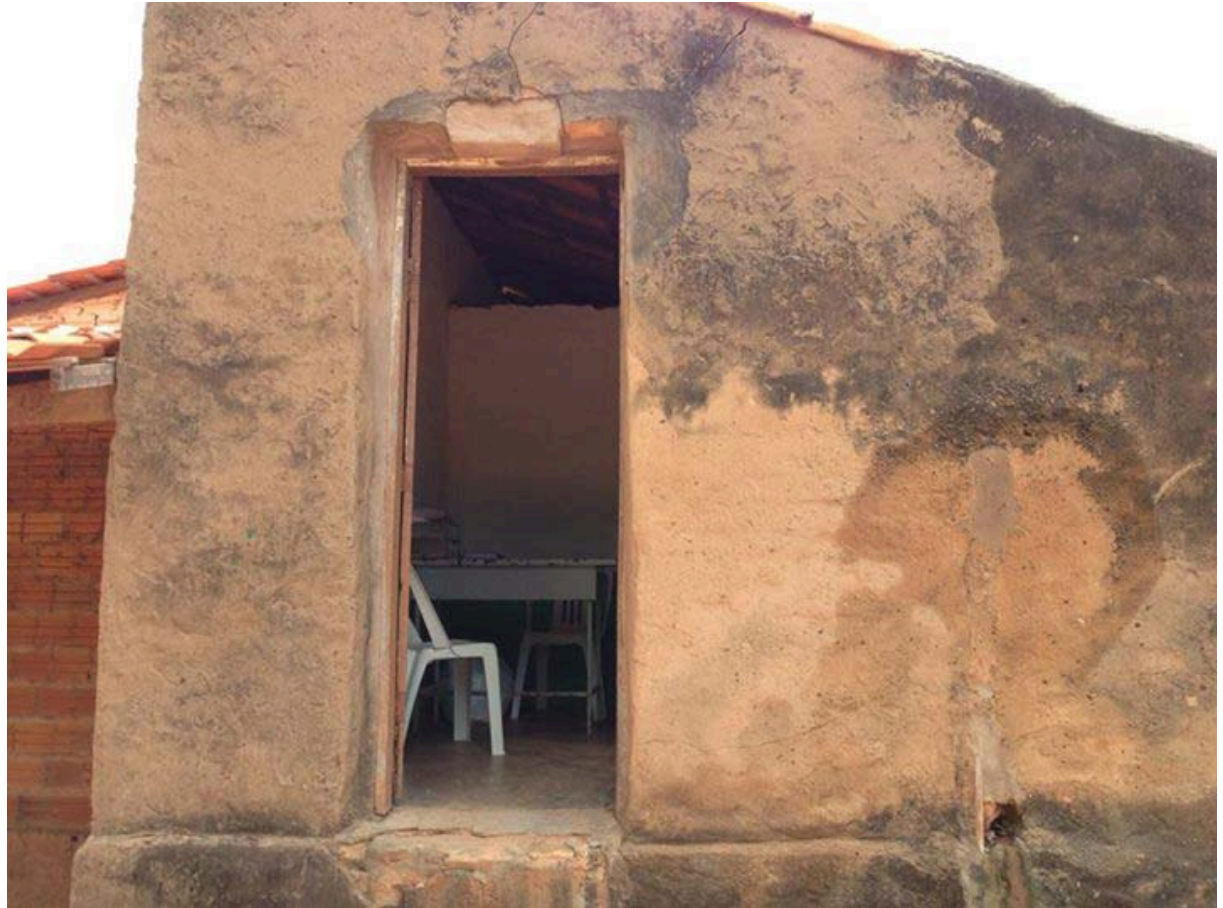
**População – 249.939**

# Caos na Saúde

**Unidade de Saúde em  
Pedreiras (MA) – 2013**

**IDH - 0.682**

**População – 39.448**





# Caos na Saúde

**Unidade de Saúde no  
Ceará – 2013**



# CORRUPÇÃO NA SAÚDE

# Corrupção na saúde



## Ex-deputado é condenado por superfaturar ambulâncias

06 de agosto de 2013 | 20h 22



TIAGO DÉCIMO - Agência Estado

A Justiça Federal condenou o ex-deputado baiano Reginaldo da Silva Germano, que exerceu mandatos entre 1999 e 2007, por PFL, PMDB e PP, por improbidade administrativa, fraude em licitação e desvio R\$ 720 mil em recursos da Saúde, que seriam utilizados para a compra de ambulâncias.

Segundo o Ministério Público Federal na Bahia (MPF-BA), responsável pela denúncia contra o ex-parlamentar, apresentada em dezembro de 2009, a ação é resultante da Operação Sanguessuga, que investigou a chamada máfia das ambulâncias.

Além disso, o ex-parlamentar, que também foi candidato a prefeito em Itabuna, no sul da Bahia, foi condenado por danos morais à União. Segundo a sentença proferida pela juíza federal Manoela de Araújo Rocha, Germano "atentou contra a imagem da função parlamentar e a credibilidade do Congresso Nacional".

Pelos crimes, Germano está obrigado a ressarcir integralmente os R\$ 720 mil desviados e pagar outros R\$ 360 mil de multa, corrigidos monetariamente. Além disso, foi condenado a recolher R\$ 80 mil como indenização pelos danos morais à União, à perda da função pública que ocupar na época do trânsito em julgado da sentença e à suspensão dos direitos políticos por oito anos.

Estadão.com.br

06/08/2013

<http://goo.gl/6sCaGr>

# Corrupção na saúde



Correio Braziliense

24/01/2013

<http://goo.gl/TVPbte>

## Ex-prefeito de Caxias e 24 acusados de corrupção têm bens bloqueados

Os envolvidos teriam desviado mais de R\$ 700 milhões da saúde no município de Duque de Caxias, no Rio de Janeiro

Agência Brasil

Publicação: 24/01/2013 13:08 Atualização:

**Rio de Janeiro** - A Justiça Federal concedeu liminar determinando o bloqueio e o sequestro dos bens do ex-prefeito de Duque de Caxias (RJ), José Camilo Zito dos Santos Filho, e de 24 acusados de envolvimento em um esquema de corrupção que teria desviado mais de R\$ 700 milhões da saúde no município.

# Corrupção na saúde

poder

AA Maior | Menor Enviar por e-mail Comunicar erros Link <http://folha.com/no120>

21/12/2012 - 18h06

## PF desarticula esquema de desvio de dinheiro no interior de GO

DE SÃO PAULO

PUBLICIDADE

Recomendar 16 +1 1 Ouvir o texto

A Polícia Federal desarticulou nesta sexta-feira (21) esquema de desvio de recursos federais destinados a programas assistenciais em Leopoldo Bulhões (GO), cidade 54 km distante de Goiânia.

Segundo a PF, o dinheiro desviado deveria ser usado nas áreas de saúde, educação e desenvolvimento social, em ações como a construção de uma creche e na compra de um veículo para o transporte de estudantes. A estimativa é que o valor desviado nos últimos dois anos pode chegar a R\$ 1,9 milhão.

A ação, em conjunto com o Ministério Público Federal e a CGU (Controladoria-Geral da União), cumpriu cinco mandados de busca e apreensão na sede da Prefeitura de Leopoldo de Bulhões, em um escritório de contabilidade, nas residências do prefeito e de dois sócios da empresa de contabilidade.

A operação, batizada de Força-Tarefa, foi baseada em auditoria da CGU que identificaram fraudes na gestão de recursos transferidos pelo governo federal por meio de convênio entre prefeitura e o FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento Social). Entre as irregularidades identificadas está a adulteração de extratos bancários.

Os investigados poderão responder pelos crimes de peculato, uso de documentos falso e, no caso do prefeito, crime de responsabilidade.

A reportagem tentou contato nos telefones da Prefeitura de Leopoldo Bulhões na tarde desta sexta-feira, mas não foi atendida até a publicação desta notícia.



Folha de S. Paulo  
21/12/2012

<http://goo.gl/RiqDYh>



# Corrupção na saúde



DESTAQUE - 2 de setembro de 2013 - 11h13

## MPF analisa 600 processos de improbidade em RO



A demanda de processos por improbidade administrativa tem aumentado muito, nos últimos anos, em Rondônia, onde atualmente mais de 600 casos são examinados pelo Ministério Público Federal (MPF-RO), atingindo desde o mais simples agente público até empresários, figurões e políticos, de todas as esferas. A informação é do procurador federal, Reginaldo Pereira Trindade, considerado o grande xerife rondoniense no combate à corrupção. Graças ao seu trabalho, é que muitos políticos têm sido

flagrados e condenados, como ocorreu com o senador Ivo Cassol (PP), recentemente.

Diário da Amazônia 02/09/2013

<http://goo.gl/gQcUfx>

**Diário:** Como está a demanda de processos relativos à improbidade administrativa em Rondônia?

**Reginaldo:** A demanda é enorme e só tende a aumentar. Já temos 600 inquéritos civis, e isso porque estamos cada vez mais rigorosos e criteriosos em nossas investigações, envolvendo desde o mais humilde agente público até o mais graduado, como aconteceu com Ivo Cassol [senador], cujo processo foi iniciado ainda como prefeito [de Rolim de Moura] e condenado recentemente. Temos casos relacionados a desvios financeiros desde saúde até a educação.

# Realidade na saúde

ANO XVII - Nº 6242  
folhadoestado.com.br  
Capitol R\$ 3,00  
Interior R\$ 7,50

Calabi, Segunda-feira  
02 de setembro de 2013

## FOLHA<sup>®</sup> DO ESTADO



### Brasileirão

**Corinthians comemora aniversário com goleada no Flamengo**

Pato, Romarinho e Guerrero marcam e Timão atropela o Alvinegro por 4 a 0

LANCENET



### Prata da casa

**Ana Sáttila vai a Praga, em novo desafio de canoagem**

PÁG. 18

# Médicos denunciam calote de prefeituras no interior

● Profissionais relatam desestrutura no atendimento à saúde em municípios do interior. Nem mesmo contratos de trabalho chegam a ser formalizados, são apenas combinados verbalmente

Prefeituras no interior de Mato Grosso não têm estrutura para manter médicos, segundo o que sugere relatos ouvidos pela Folha do

Estado de profissionais que já trabalharam em mais de uma cidade, em regimes de carência. A precariedade da formalização de serviços vai da

falta de aparelhos para atendimento a contratos firmados somente de forma verbal com os que se candidatam às vagas. Existem até casos de calotes de prefeituras.

O especialista em medicina familiar, Werley Perez, já passou por quatro cidades e em todas encontrou situações, em posto de saúde e pronto-atendimento "insustentáveis", de não haver nem

postos de saúde e pronto-atendimento "insustentáveis", de não haver itens de trabalho básicos. "Existem um aparelho de medir frequência cardíaca que é coisa básica, sem complicações para conseguir, mas que não existe em PSFs (Programa Saúde da Família)."

Os municípios, segundo ele, não têm mais que se contentar com a infraestrutura em suas próprias mãos, mas não é suficiente. Perez diz que a falta de apoio a alguns médicos, que também sofrem com a falta de estrutura, é um problema sério. "Tem médico que oferece salário alto, mas não consegue pagar, ou quando paga é sempre com atraso. Os médicos não

folhadoestado.com.br

Calabi, Segunda-feira 02 de setembro de 2013 | 9

## ciudades

# Prefeitos fazem contrato verbal com médicos



INFORMAL - Falta de infraestrutura, atrasos de pagamento e até calotes de prefeituras no interior de Mato Grosso são apontados por profissionais

REPORTAGEM LOCAL

de trabalho básico.

"Ficou um aparelho de medir frequência cardíaca que é coisa básica, sem complicações para conseguir, mas que não existe em PSFs (Programa Saúde da Família)."

PÁG. 9

### PRECÁRIO

"As pessoas pensam que só existem médicos interessados, mas a situação no interior é precária"

somente com falta de estrutura para sobreviver. Então, o que fazer? Os "contratos de serviços", na maioria dos casos, não duram mais que quatro meses, diz o médico.

O especialista em medicina familiar, Werley Perez, já passou por quatro cidades e em todas encontrou situações, em posto de saúde e pronto-atendimento "insustentáveis", de não haver nem

quanto, "Os pontos de atendimento são precários e quando não dá para medicar, no local são feitos encaminhamentos para outros centros. Ambulância em regime de aluguel é para ser meio de transporte para o posto de atendimento, não para ser meio de transporte para o posto de atendimento."

A desestrutura se repete em pontos em Calabi. Uma cidade que trabalha com recursos humanos e profissões não se identifica afirma que em cinco de serviços, a unidade não tem sequer serviço adequado para realização dos exames.

"Faltam limpeza de instrumentos, com falta de um clínico particular no lado de ponta, porque não há ninguém que não libere a construção de um lugar apropriado para adequação higiênica." (RPT)

**Sindicato quer debater estudo sobre número de médicos em Mato Grosso**

REPORTAGEM LOCAL

O Sindicato (Sindicato dos Médicos de Mato Grosso) tem uma análise da quantidade de médicos em municípios com base em dados do AMB (Associação Médica Brasileira) e quer fazer um estudo sobre o número de médicos em Mato Grosso. O debate é motivado pela contratação de médicos estrangeiros pelo programa Mais Médicos.

Queremos saber qual é a real situação da quantidade de médicos. Porque não sabemos se não podemos justificar que não há déficit de profissionais no território nacional.

Queremos saber o número de médicos em municípios com base em dados do AMB (Associação Médica Brasileira) e quer fazer um estudo sobre o número de médicos em Mato Grosso. O debate é motivado pela contratação de médicos estrangeiros pelo programa Mais Médicos.

Folha do Estado do MT - 02/09/2013

<http://goo.gl/IFrcwb>

# GESTÃO NA SAÚDE PÚBLICA

- Cirurgia no trauma (emergências)
  - Cirurgia mais adequada?
- Cirurgia ortopédica eletiva
  - Longas filas; tem médicos especializados
- Cirurgia cardíaca infantil (congenita)
  - Crianças morrendo sem cirurgia
- Pacientes Diabéticos (amputações)
- Pacientes Oncológicos
  - Dx tardio, perdem chances

# Fixação de Médicos

- Possibilidade de EMC (atualização)
- Condições de trabalho
- Garantias trabalhistas/Remuneração
- Condições para a família

# Fixação de Médicos

- Carreira de Estado
- Interiorização da Medicina
- Políticas de Estado
  - Ouvir quem conhece
  - Estabelecer parcerias
  - Avaliação, controle

38% dos profissionais que atuam em São Paulo graduaram-se em cursos de medicina localizados em outros estados.

Cremesp, 2010

# Necessidades básicas dos trabalhadores de saúde

- Habilidades
- Equipamentos
- Informação
- Infraestrutura
- Medicamentos
- Incentivos (incluindo salário decente)
- Facilidades de Comunicação

<http://www.hifa2015.org/about/hifa2015-in-context>

# “dança dos números”

- 400 mil médicos
- 110 mil estudantes de medicina (18.075\*)
- Importância das mulheres médicas
- Relação médico : habitante (Ex.: cidades)
  - Rio de Janeiro (1 : 6,18)
  - Aracaju (1 : 4,95)
  - São Paulo (1 : 4,48)
  - Fortaleza (1 : 3,16)

\* 1º. Ano



# “dança dos números”

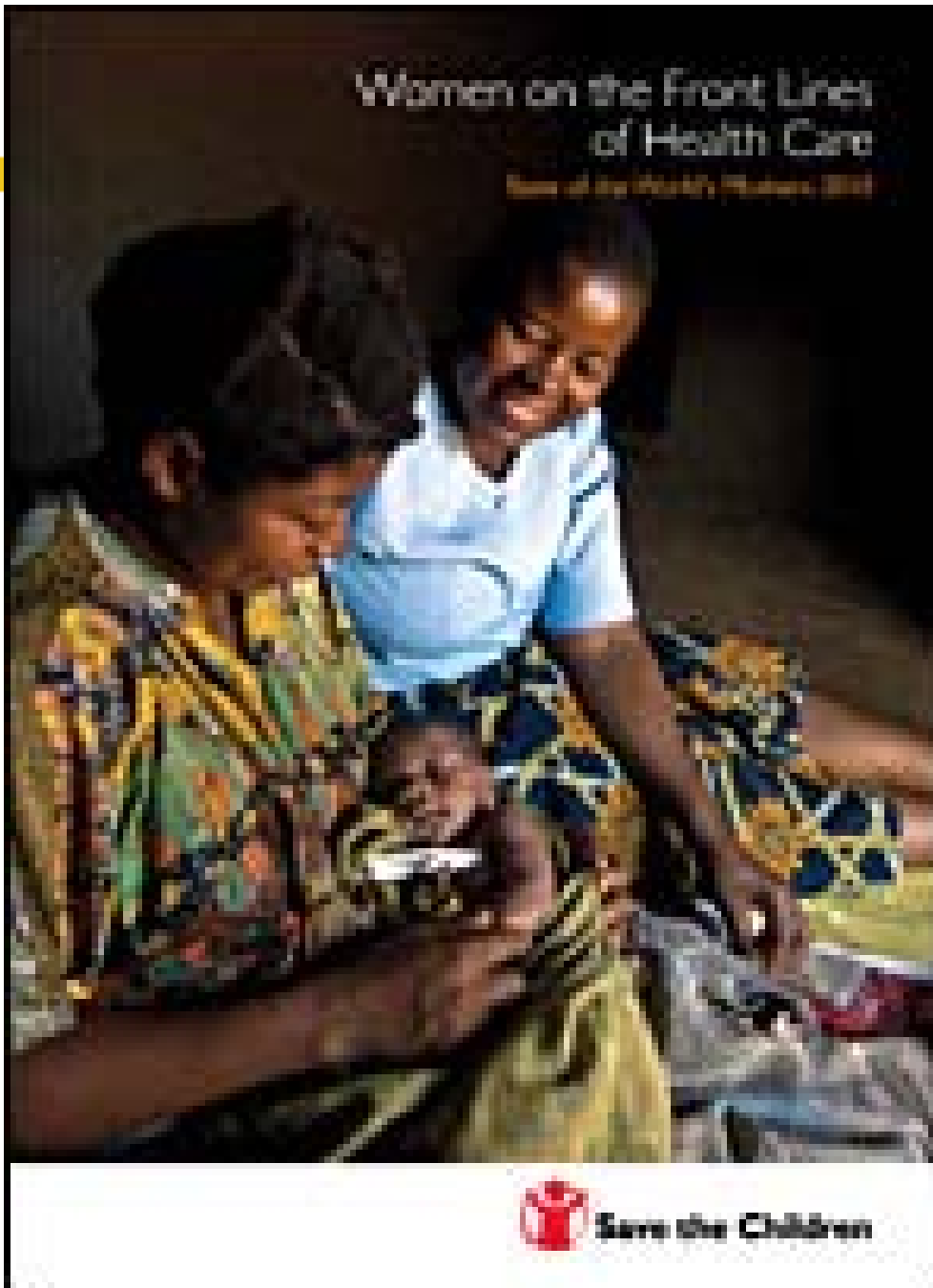
- Número de alunos por escola (Min Educação)
- Médicos brasileiros no exterior
- Médicos formados fora no Brasil
- Relação médico : habitante
  - Estados Unidos
  - Reino Unido
  - Espanha
  - Portugal

*Professionals' opposition can be minimized if programmes are planned in consultation with health professionals*

Homedes N, Ugalde A. Human resources: the Cinderella of health sector reform in Latin America. *Hum Resour Health* 2005; 3: 1- doi: [10.1186/1478-4491-3-1](https://doi.org/10.1186/1478-4491-3-1) pmid: 15659241.

# Implementar um serviço compulsório

- Bom planejamento
- Transparência e clareza
- Suporte
  - *Pagamento*
  - *Moradia*
  - *Educação continuada*
  - *Suporte clínico ou supervisão*



*Examines the  
critical role  
played by  
**female health  
workers** in  
saving the lives  
of women,  
newborn and  
young children*

“A verdade é filha do tempo, não da autoridade”



[www.amb.org.br](http://www.amb.org.br)

Muitíssimo Obrigado!